

Problemas no caminho do crescimento

ESTADO DE SÃO PAULO

24 JAN 1997

Quanto poderá crescer a economia brasileira, em 1997, é questão prioritária, seja para as empresas que investem e precisam ter mercado para vender e obter lucros que remunerem seus investimentos; seja para os trabalhadores, que devem avaliar se haverá emprego, isto é, se podem privilegiar o consumo ou devem preferir poupar; seja para o governo, pois, quando se debate a reeleição, o pior seria admitir — ou pôr em prática — uma política de aperto econômico.

Por isso, a entrevista do presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, publicada terça-feira pela *Gazeta Mercantil*, merece reflexão, pois alguns, entre os temas abordados, são de grande importância. Loyola descartou a aplicação de um freio na economia: afirmou que os juros continuarão em queda; informou que o Banco Central acompanhará os efeitos da entrada em vigor da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

(CPMF), para avaliar a necessidade de decisões compensatórias; admitiu que a aprovação da emenda que autoriza a recandidatura do presidente será favorável à economia, pois aumentaria o grau de confiança dos investidores.

"Não estamos percebendo descontrole de demanda, e um eventual freio na economia, para influir no setor externo, tem que ser muito violento, o que não seria recomendável agora", disse o presidente do Banco Central. A afirmação seria tranqüilizante, não fosse o fato de que, no âmbito do próprio Banco Central, surge um alerta sobre a necessidade de restrições ao crescimento. O diretor de Política Monetária do Banco Central, Francisco Lopes, admitiu que diante do comportamento da balança comercial — que acusou déficit de US\$ 5,5 bilhões em 1996 e de US\$ 1,7 bilhão num único mês, o de dezembro, déficit que, nas previsões mais otimistas, deverá atingir US\$ 8 bilhões neste ano — não será possível man-

ter o ritmo de crescimento industrial verificado no final do ano passado. Lopes admite a possibilidade de um "pousos suave" (que os economistas de língua inglesa chamam de soft landing), ou seja, uma diminuição natural

do ritmo atual da atividade econômica, o que, no entanto, é mais difícil de acontecer com uma política de redução dos juros, que estimula a demanda.

A chegada da CPMF introduz elementos de perturbação nos mercados, alguns dos quais poderão ser muito afetados. Reduzir tal perturbação é dever do Banco Central. Por isso, é de bom senso a declaração de Loyola de que o Banco Central poderá alterar as regras do recolhimento compulsório dos bancos. Cabe ao governo, que criou a CPMF, evitar que um tapa-buracos tributário seja responsável pela inviabilização de instituições. Se o

Banco Central quer evitar, porém, que os bancos dispensem seus aplicadores dos ônus da CPMF, terá de agir contra os próprios bancos oficiais, que prometem tratamento igual ao prometido pelos bancos privados.

**Enquanto Loyola
tranqüiliza o
mercado, o déficit
da balança
comercial traz
preocupação**

Confia-se na competência das autoridades na administração da política econômica, sendo essencial que elas evitem o uso,

quanto mais o abuso, de instrumentos intervencionistas. Restará avaliar, porém, se a CPMF é compatível com a política de redução dos juros prometida, e se o ritmo da atividade é compatível com a redução do déficit comercial. O governo tem tratado esse déficit como fato consumado, mas não pode esquecer que o desequilíbrio tem de ser financiado por capitais externos, o que dependerá, permanentemente, da expectativa do investidor externo em relação à economia brasileira.